

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política

**A ESTRATÉGIA DO PODER EXECUTIVO NO PROCESSO LEGISLATIVO DISTRITAL:  
AVALIAÇÃO DOS VETOS NA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Rebeca Mota dos Santos

Brasília – DF

08/2021

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política

**A estratégia do Poder Executivo no processo legislativo distrital: Avaliação dos vetos na Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Rebeca Mota dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Frederico Bertholini Santos Rodrigues.

Brasília – DF

## **AGRADECIMENTOS**

O ingresso na Universidade de Brasília foi um dos maiores sonhos que eu consegui realizar. A instituição me formou enquanto profissional, mas também contribuiu imensamente no meu desenvolvimento pessoal. Tive a oportunidade de viver esse sonho cercada de pessoas incríveis. Hoje, entrego a última das atividades acadêmicas dessa fase com sentimento de orgulho, por toda a minha trajetória, e de gratidão a todos que fizeram parte deste momento. Minha chegada até aqui só foi possível pois pude contar com um sólido grupo de apoio.

Agradeço primeiramente a minha mãe, que sempre foi a minha maior apoiadora. Devido aos seus incentivos e por ela acreditar muito no meu potencial, até mais do que eu, sempre tive o sentimento de que posso conquistar o mundo. Graças ao seu esforço e dedicação, ela pôde proporcionar os meios para que eu pudesse seguir todos os meus sonhos.

À memória da minha avó, que, infelizmente, não pôde acompanhar a minha graduação, mas que me deixou princípios que eu levarei para toda a vida.

À minha família, em especial meus tios Rique, Rosendo e Wellington, minhas madrinhas Márcia e Meire, tia Vanda e meus primos Gustavo, João Pedro, Maria Luíza, Ana Clara, Letícia e Isabela, que sempre me incentivaram e demonstravam grande orgulho da minha trajetória. Agradeço, também, por sempre estarem à disposição para me ajudar no que fosse necessário.

Ao meu orientador, professor Frederico Bertholini, pelo fundamental acompanhamento no desenvolvimento meu trabalho, e à professora Michelle Fernandez, pelas sugestões de adequação imprescindíveis. Agradeço também aos demais professores que proporcionaram uma formação de excelência e aos demais colaboradores do instituto de Ciência Política, pela sua solicitude.

Aos meus amigos, que foram parte indispensável dessa experiência. Agradeço pelas conversas, conselhos, incentivos, críticas, reflexões e caronas .

## RESUMO

O Distrito Federal conquistou sua autonomia política, administrativa e financeira na Constituição Federal de 1988. Dois anos depois, ocorreu a primeira eleição para a escolha dos representantes do povo brasileiro para os Poderes Executivo e Legislativo. A breve história das instituições políticas do Distrito Federal confirma a sua evolução na busca pela institucionalização. A divisão de poderes garante prerrogativas de controle institucional entre os dois Poderes, dentre eles os vetos. Esse instrumento de controle garante a participação do Poder Executivo no processo legislativo, bem como evita que o Poder Legislativo transgrida os limites legais.

**Palavras-chave:** legislativo subnacional; produção legislativa. Vetos.

## **ABSTRACT**

The Federal District won its political, administrative and financial autonomy in the Federal Constitution of 1988. Two years later, the first election took place to choose the representatives of the people of Brasilia for the Executive and Legislative Powers. The brief history of the Federal District's political institutions confirms its evolution in the search for institutionalization. The division of powers guarantees institutional control prerogatives between the two Powers, including vetoes. This control instrument guarantees the participation of the Executive Power in the legislative process, as well as preventing the Legislative Power from transgressing legal limits.

**Keywords:** subnational legislative; legislative production; Vetoes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DF – Distrito Federal.

LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal.

RA – Região Administrativa.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Membros no primeiro mandato (%).....	19
Tabela 2- Anos de mandato antes de ser eleito presidente da CLDF.....	20

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Projetos de lei aprovados na CLDF, diferenciando por legislatura (em %). .....	27
Gráfico 2 - Projetos de lei aprovados na CLDF, diferenciando por autoria e legislatura (em %). .....	28
Gráfico 3 - Taxa de sucesso do Poder Executivo.....	29
Gráfico 4 - Projetos vetados, em comparação com os projetos apresentados, diferenciando por legislatura (em %).....	31
Gráfico 5- Projetos vetados, diferenciando pela autoria da proposição (em %) .....	32
Gráfico 6 - Projetos do Poder Executivo vetados, diferenciando pelo tipo (em valores absolutos). .....	33
Gráfico 7- Projetos do Poder Legislativo vetados, diferenciando pelo tipo (em valores absolutos). .....	33



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-NORMATIVO DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>12</b>
<b>3. OS PODERES DISTRITAIS</b>	<b>15</b>
<b>4. VETOS</b>	<b>22</b>
<b>5. HIPÓTESES E METODOLOGIA</b>	<b>23</b>
<b>6. ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>26</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>38</b>
<b>Apêndice A – Vetos impostos aos projetos de lei aprovados na CLDF.</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A organização político-administrativa do Distrito Federal como é conhecida atualmente, surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu autonomia política, administrativa e financeira para esta unidade federativa, que abriga a capital federal. O DF possui natureza híbrida e, portanto, não se enquadra como um estado ou um município, mas combina característica e competências destes dois entes da federação. Diferente das demais unidades federativas, o DF tem apenas dois Poderes – Executivo e Legislativo. O primeiro é exercido na figura do governador, enquanto o segundo é exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, composta por vinte e quatro deputados distritais.

Segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal, os dois Poderes do DF são harmônicos e independentes entre si. Entretanto, em Barões da Federação, Abrucio (1998), um dos principais autores dos estudos subnacionais, defende a tese de que neste âmbito observa-se a hipertrofia do Poder Executivo frente aos demais poderes. Para o autor, o ultrapresidencialismo estadual, como o mesmo nomeia esse fenômeno, garante que o Poder Legislativo não exerça suas funções fiscalizatórias, devido ao pacto homologatório com o Poder Executivo. Tomio e Ricci (2012) discordam. Para os autores, a dinâmica legislativa estadual não se restringe apenas ao domínio do Poder Executivo, pois se essa teoria fosse completamente verdadeira, não haveria flutuação do sucesso do Executivo no Legislativo.

O Poder Legislativo tem a produção legislativa como uma de suas principais funções. Findado o processo legislativo de uma proposição na CLDF, cabe ao governador o exame sobre a constitucionalidade ou interesse público da proposta em análise. Caso julgue que existe algum vício constitucional ou que seja contrário ao interesse público, a proposição deve ser vetada.

A literatura concorda que o veto é um instrumento de contribuição do Poder Executivo no processo legislativo, mas há diversas interpretações da função final desse instrumento. Montesquieu, um dos primeiros estudiosos sobre a separação dos poderes, defende que a única forma que o Poder Executivo pode participar do processo legislativo, sem ser despótico, é para impedir algumas iniciativas do Poder

Legislativo. Madison (1788), defende a existência de um controle constitucional de um poder sobre o outro para que não sejam transgredidos os limites legais. Shugart e Carey (2012) descrevem os vetos com o primeiro instrumento de controle do Poder Executivo frente o Poder Legislativo. Independente da leitura e interpretação dos autores sobre o veto, é certo que a aplicação correta da sua prerrogativa constitucional tem influência não só na relação entre os dois Poderes, como também no gasto público. Em 2017, segundo reportagem do jornal Metrôpoles, a justiça derrubou 77% das leis produzidas no DF que foram questionadas pelo Ministério Público, a maior parte por vício de iniciativa<sup>1</sup>.

Comparativamente com os estudos sobre o âmbito federal, a ciência política produz poucos trabalhos relacionados aos estudos legislativos subnacionais e, quando há estudos neste campo, são focados na experiência dos estados ou municípios. Portanto, considerando a baixa quantidade de estudos sobre o DF e sua natureza constitucional ímpar, é necessário expandir os conhecimentos dessa ciência sobre essa unidade federativa.

Ante o exposto, faz-se necessário entender se há um padrão na imposição de vetos aos projetos de lei aprovados na CLDF. A primeira hipótese é de que há um padrão de imposição de vetos relacionado à autoria dos projetos de lei. É esperado que a maior parte dos vetos sejam impostos aos projetos de lei de autoria do Poder Legislativo. Ainda nesse tópico, é esperado que, segundo sugerido por Tomio e Ricci (2012), os governadores tendam a vetar parcialmente os projetos de sua autoria, que foram modificados na CLDF, ao mesmo tempo que tendem a vetar totalmente os projetos apresentados pelos deputados e demais iniciativas. A segunda hipótese é que há um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura. Quanto mais proposições aprovadas, maior a possibilidade de haver alguma matéria inconstitucional ou que esteja em desavença com o interesse público. Portanto, quanto mais perto das eleições, mais os deputados produzem leis e mais proposições podem ser vetadas. A última hipótese é de que as dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de aprovação de projetos na CLDF e na

---

<sup>1</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/justica-derruba-77-de-leis-aprovadas-pela-cldf-e-questionadas-pelo-mp?amp>.

imposição de vetos, reduzindo a produção legislativa e aumentando a quantidade de vetos.

Com isso, o objetivo geral deste trabalho é contribuir com os estudos legislativos no âmbito subnacional, especialmente no contexto do Distrito Federal, por meio da observação da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo locais, com foco na análise quantitativa dos vetos impostos pelo governador aos projetos de lei aprovados na CLDF.

Especificamente, serão analisados os dados relativos à produção legislativa no Distrito Federal, bem como àqueles relacionados aos vetos impostos à projetos de lei desde a primeira legislatura da CLDF, em 1991, até a sétima legislatura, findada em 2018. Este recorte temporal foi definido levando em consideração que a sessão legislativa da oitava legislatura termina em 2022, portanto não há dados completos a serem analisados.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro descreve brevemente a trajetória política-normativa do DF, desde sua primeira previsão em uma Carta Constitucional até a elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal. Por trinta anos, os cidadãos do Distrito Federal não puderam escolher seus representantes para os Poderes Executivo e Legislativo. A situação só foi alterada em 1988, quando a Constituição Federal garantiu a autonomia financeira, administrativa e política do DF.

O segundo capítulo é focado na divisão e relação entre os Poderes. Para a garantia da estabilidade da República, é necessário que haja mecanismos para impedir que o poder seja concentrado em um. Entretanto, a literatura sugere que, no âmbito subnacional, há hipertrofia do Poder Executivo sob os demais.

O foco do terceiro capítulo são os vetos, importante mecanismo de controle do Poder Executivo sob as proposições aprovadas no Poder Legislativo. Aqui são apresentadas as tendências de aplicação de vetos, bem como a importância deste instrumento nas negociações entre os dois Poderes.

No quarto capítulo, a metodologia de pesquisa é apresentada. O estudo em questão trata-se de um estudo de caso. Neste capítulo também são apresentadas as hipóteses: (I) há um padrão relacionado à autoria dos projetos de lei; (II) há um padrão

de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura e; (III) as dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de aprovação de projetos na CLDF e na imposição de vetos. Reduzindo a produção legislativa e aumentando a quantidade de vetos.

Por fim, são apresentadas as análises dos dados da pesquisa e as respostas às hipóteses citadas acima.

## **2. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-NORMATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

O projeto de construir a capital federal no centro do país surgiu há muitos anos, mas só foram encontrados registros palpáveis sobre essa alteração em 1891, quando a Constituição Federal, em seu artigo 3º, reservou uma área para a “Capital Federal”. Esta Carta ainda definiu que, assim que a mudança fosse concluída, o Distrito Federal passaria a constituir um Estado<sup>2</sup>.

Em 21 de abril de 1960, sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek, como uma das metas prioritárias de seu mandato, a mudança é consolidada. Entretanto, a discussão sobre uma normativa que viabilizasse a organização político-administrativa do DF foi iniciada no Congresso Nacional um ano antes da inauguração de Brasília. O primeiro ato normativo da nova capital neste sentido é a Lei 3751/1960<sup>3</sup>, que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, uma espécie de versão preliminar da Lei Orgânica do Distrito Federal atual. Esta lei determinava que a primeira eleição para a Câmara do Distrito Federal, instituição que exerceria o Poder Legislativo, ocorreria no dia 03/10/1962. Para o Poder Executivo, o texto determinava que seria comandado por um prefeito a ser nomeado pelo presidente da República e tendo aprovação do Senado Federal. A Câmara do DF, prevista neste texto, nunca chegou a ser criada e o prefeito acumulou as prerrogativas dos dois Poderes do DF

---

<sup>2</sup> [Constituição Federal de 1891](#)

<sup>3</sup> [Lei 3751/1960](#), que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

até a Câmara dos Deputados criar a Comissão do Distrito Federal, em 1961, quando esta passou a representar o Legislativo distrital (BORGES, 2009).

Um outro destaque nessa normativa é o capítulo que trata sobre o Poder Legislativo, que foi dividido em “Câmara do Distrito Federal”, “Leis” e “Orçamento”. No primeiro trecho do capítulo, a lei previa que o Poder Legislativo seria exercido pela Câmara do Distrito Federal, composta por vereadores eleitos por voto direto. A Casa legislativa poderia deliberar sobre o orçamento e matérias de competência do DF, além da organização interna. Em seguida, a lei discriminava a quem cabia a possibilidade de apresentação de proposições – à época, apenas ao prefeito, vereador ou Comissão da Câmara. Neste âmbito, cabe destacar que apenas o prefeito gozava da competência de legislar sobre a expansão da máquina pública, como a criação de autarquias ou novas repartições. Por fim, a última parte do capítulo, “Do Orçamento” determinava que o orçamento deveria ser único para aquele exercício financeiro. Ainda nesse trecho, fica criado o Tribunal de Contas, composto de cinco ministros nomeados pelo prefeito (BRASIL, 1960).

Um dos principais autores dos estudos subnacionais, Abrucio, defende a tese de que o Poder Executivo domina a dinâmica política local de tal forma que o governador concentra, em termos práticos, todo o poder decisório da região. Uma das características do ultrapresidencialismo estadual, como o autor nomeia esta prática, é a concentração de poderes financeiros, administrativos e políticos pelo governador. (ABRUCIO, 1998).

Apesar de ter vigorado por pouco tempo, vale destacar alguns pontos na primeira normativa do DF. Observa-se, por exemplo, que desde o início da história do Distrito Federal há a previsão de representação política no Poder Legislativo, por meio da eleição direta. Já o Poder Executivo não conta com esta representação, pois o prefeito seria indicado pelo presidente da República, e mesmo não sendo escolhido pelo povo, gozava de muito poder – tal como a criação de autarquias e repartições, além da nomeação dos ministros do Tribunal de Contas.

Pouco tempo depois da transferência da capital, em 1964 inicia-se a ditadura militar no Brasil. Alguns anos depois, uma nova Carta Constitucional passou a vigorar no país. A Constituição outorgada de 1967, determinou que o Senado deveria discutir

e votar projetos de Lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da Administração do Distrito Federal. Em outras palavras, o Poder Legislativo do Distrito Federal que estava sob a tutela da Câmara dos Deputados desde 1961 passa a ser comandada pelo Senado Federal (BRASIL, 1967).

Portanto, desde a instalação de Brasília no centro do país até a redemocratização, não foi instalada a instituição que representaria o Poder Legislativo do DF. Pelo mesmo período, o chefe do Poder Executivo foi escolhido pelo presidente. Desse modo, por vinte e oito anos, os moradores da nova capital foram impedidos de escolher os seus representantes para os Poderes locais. Apenas em 1988, após a promulgação da Constituição Cidadã<sup>4</sup>, o povo brasiliense adquire o direito ao voto para eleição dos primeiros deputados distritais a comporem a CLDF e do primeiro governador do DF (BORGES, 2009).

A Constituição de 88 ainda dispunha de um capítulo para tratar sobre o Distrito Federal e territórios, no qual atribui ao DF as competências legislativas reservadas aos estados e municípios. Nascia, portanto, a natureza híbrida do Distrito Federal que permite que o mesmo seja regido por Lei Orgânica<sup>5</sup>, norma fundamental dos Municípios, ao mesmo tempo que é chefiado por um governador, representante do Poder Executivo dos estados. Ao mesmo tempo em que o legislativo acumulava as competências legislativas dos estados e municípios, o governador acumulava as competências exercidas pelos prefeitos e governadores (BRASIL, 1988).

Por fim, em 1990, ocorreu a primeira eleição para o Distrito Federal. Na ocasião foram eleitos para governador e vice-governadora, respectivamente, Joaquim Domingos Roriz e Márcia Kubitschek, filha de Juscelino Kubitschek. Roriz carrega a marca de ter sido o último governador indicado e o primeiro eleito para o DF. Além do governador Roriz, foram definidos os 24 primeiros deputados distritais. Em 1º de janeiro de 1991, os deputados distritais eleitos tomaram posse em sessão realizada no Senado Federal. A primeira sessão extraordinária ocorreu três dias depois, para tratar sobre questões administrativas relativas à implantação da nova Casa

---

<sup>4</sup> [Constituição Federal de 1988](#)

<sup>5</sup> Em 2008, o STF decidiu que a LODF possui status de Constituição Estadual, por meio da [ADI 980](#).

Legislativa. Em 07 de janeiro do mesmo ano, ocorreu a primeira sessão ordinária para deliberar sobre as proposições pautadas (BORGES, 2009).

A normativa que rege o Distrito Federal até os dias atuais é a Lei Orgânica do Distrito Federal, que fora redigida pela primeira legislatura da CLDF e promulgada em 1993. Segundo este texto, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa, composta pelos deputados distritais que serão eleitos para uma legislatura, que tem duração de quatro anos. À CLDF, são atribuídas competências não privativas e privativas. Essas últimas tratam de assuntos administrativos e internos, como a eleição para Mesa Diretora e independem da sanção do governador. Já as competências não privativas, dependem da sanção ou veto do governador (DF, 1993)

### **3. OS PODERES DISTRITAIS**

Como fora exposto anteriormente, diferente dos demais entes da federação, o DF tem apenas dois Poderes, o Executivo, representado pelo governador, e o Legislativo, representado pelos deputados distritais. Neste capítulo, serão analisados alguns aspectos da relação entre os dois poderes.

Albuquerque, ao analisar o livro *O Espírito das Leis* de Montesquieu, observa que Montesquieu, visando entender o funcionamento dos regimes políticos, busca o que garantiu a estabilidade da monarquia por séculos, bem como as razões de sua decadência, e chega à conclusão de que o principal fator é a moderação do poder. A partir dessa conclusão, faz-se necessário entender quais são os mecanismos capazes de garantir a estabilidade dos diferentes tipos de governos. (ALBUQUERQUE, 2006) Ao tratar sobre a república, o autor destaca que a natureza do poder é a relação entre as classes e o poder, enquanto o princípio que move o governo é a virtude, ou seja, a colocação do bem público sobre os interesses particulares. Portanto, apenas a supremacia do Poder Público poderia moderar o poder e impedir a anarquia ou o despotismo (ALBUQUERQUE, 2006).

Luz, ao observar o crescimento demográfico do CLDF, destaca que o povo do Distrito Federal está sub representado no Poder Legislativo. A partir do cálculo feito



pelo autor, à época da publicação e visando a garantia de representação de todas as Regiões Administrativas, seria necessário elevar o número de cadeiras na CLDF para 41 (LUZ, 2012). Schumpeter, entretanto, afirma que quando os interesses dos indivíduos são muito divididos, é pouco provável que as decisões políticas tomadas serão “realmente o que o povo quer” (Schumpeter, 1976).

Aprofundando-se na obra de Montesquieu, observa-se que a partir do exemplo inglês, o autor trata sobre a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário, sendo o primeiro responsável pela criação das leis, o segundo pela garantia da paz ou guerra, e o terceiro, responsável por castigar os crimes. O autor destaca que quando alguém ou um grupo de pessoas concentra os poderes legislativos e executivo, não existe liberdade. E tudo estaria perdido caso, este grupo concentrasse os três poderes. (MONTESQUIEU, 1993).

Madison, em Federalista nº 47, concorda com a afirmativa anterior ao afirmar que o acúmulo dos três poderes em um torna-se uma organização tirânica. Portanto para garantir a liberdade, é necessário que os três poderes sejam separados. Na edição seguinte de Federalista, o autor aprofunda-se no assunto ao ressaltar que é imprescindível que haja controle constitucional de um poder sobre o outro, garantindo que nenhum Poder consiga transgredir seus limites legais sem ser efetivamente controlado e restringido pelos outros, para que a liberdade seja garantida. (MADISON, 1788)

Abrucio (1998), ao analisar o papel dos governadores na redemocratização do país, defende a tese de que o poder Executivo domina a dinâmica política local de tal forma que o governador concentra, em termos práticos, todo o poder decisório da região. Para tal, algumas características são imprescindíveis para o fortalecimento do Poder Executivo. Além dos Poderes financeiros, administrativos e políticos do governador, que já foi comentado no capítulo anterior, há ainda características do ultrapresidencialismo estadual que podem se destacar na relação entre os Poderes Legislativo e Executivo regional: Sistema eleitoral; Fragilidade institucional das Assembleias Legislativas; Neutralização dos órgãos fiscalizadores. Após apresentar o conceito segundo Abrucio, também serão apresentados conceitos complementares segundo outros autores.

## **Sistema eleitoral**

Nesse quesito, Abrucio acredita há dois instrumentos que auxiliam na manutenção da hipertrofia do Poder Executivo - o sistema proporcional de lista aberta e a eleição por “distritos informais”. O primeiro diz respeito ao incentivo do sistema eleitoral para os candidatos à Câmara Legislativa adotarem uma estratégia individualista e não partidária, devido ao suporte logístico que pode ser proporcionado pelo chefe do Poder Executivo, por meio dos poderes financeiros, administrativos e políticos que foram tratados acima. Já o segundo, diz respeito à resposta que os deputados dão à sua base eleitoral. Os redutos não são totalmente controlados pelos deputados eleitos, e estes deputados dependem dos recursos que estão à disposição do governador para prover melhorias para seus eleitores. Portanto, na eleição tornam-se aliados para garantir recursos para o seu “distrito informal”. (ABRUCIO, 1998)

Desde a primeira eleição distrital, em 1990, é possível observar duas características atemporais da CLDF – o multipartidarismo exacerbado e o baixo grau de identificação partidária (LUZ, 2009). Luz atrela essa alta pulverização ao aumento exponencial das Regiões Administrativas no DF. Em 1988, eram oito. Atualmente são 33. Segundo o autor, ao criar uma RA, o governador ganha um novo grupo de eleitores, formado pelos moradores da nova região. Além disso, para garantir o funcionamento da nova Região é necessário a indicação de novos funcionários comissionados, via patronagem. (LUZ, 2009). Retomando o conceito de ultrapresidencialismo estadual de Abrucio, observa-se aqui, além da estratégia de inchaço da máquina pública e a politização no preenchimento de cargos públicos, a “reorganização dos distritos informais”. Abrucio e Luz concordam que o aumento da divisão territorial se explica na estratégia de aumento do reduto eleitoral, distribuição de cargos à aliados de seu governo (ABRUCIO, 1998).

Como fora supracitado, o multipartidarismo exacerbado e o baixo grau de identificação partidária, segundo Luz, estão atrelados ao aumento exponencial das Regiões Administrativas no DF, pois como o parlamento é um reflexo da heterogeneidade da população, é esperado que haja uma maior quantidade de partidos na Casa Legislativa quando há uma maior divisão territorial (LUZ, 2009).

## **Fragilidade institucional das Assembleias Legislativas**

Para Abrucio, outro fator para o ultrapresidencialismo estadual é a fragilidade institucional da Câmara Legislativa, resultante da incapacidade dos deputados de romperem com a lógica de distribuição de recursos do Poder Executivo, que fora tratado anteriormente. Além disso, grande parte dos parlamentares distritais não planejam permanecer nesse cargo, e utilizam esta oportunidade para ascender aos cargos federais ou do executivo local (ABRUCIO,1998).

Para Polsby, para garantir o sucesso de uma instituição política, esta deve ser institucionalizada, caso contrário será um ambiente instável, fraco e incapaz de proteger seus próprios interesses. Este autor elenca três características de um ambiente institucionalizado: (I) é uma arena bem delimitada, ou seja, com clareza de quem são os membros, com baixa rotatividade de membros e com lideranças advindas de dentro da instituição; (II) a organização é complexa, com divisão de competências e funções e regras claras; e (III) uso de critérios universais para tomar decisões, ou seja, pouco predomínio de ações patrimonialistas (POLSBY, 1968). Luz (2009) buscou definir o grau de institucionalização da CLDF, segundo seis variáveis: I) instrumentos de interação com a sociedade civil; II) insulamento burocrático; III) aderência às regras constituídas; IV) complexidade; V) pluralismo e VI) autonomia. O autor analisou essa Casa desde a sua criação até a quarta legislatura. No modelo proposto por Luz, o grau de institucionalização pode variar de zero a seis, sendo zero como uma total ausência de institucionalização e seis como uma situação de plena institucionalização. O maior grau de institucionalização, 3,75, foi encontrado em 2005. Em todos os anos anteriores observados, o grau de institucionalização foi inferior ao de 2005.

Gomes, ao estudar a primeira legislatura do DF, observou que, dentre vinte candidatos à reeleição na eleição seguinte, apenas onze candidaturas obtiveram sucesso (GOMES, 1995). Luz identificou que na quinta legislatura, apenas um dos 24 assentos foi ocupado por um mesmo deputado da legislatura anterior (LUZ, 2009). Bertholini, em seu estudo sobre o padrão de carreiras no legislativo subnacional, defende que os parlamentares tendem a escolher o cargo ao qual irão concorrer com base na análise de risco de insucesso, e não com base em sua ambição política. Além disso, segundo a análise estatística, o autor encontra evidências de que os

legisladores menos produtivos são punidos pela população por meio do voto nas eleições. Ainda vale destacar que os parlamentares reeleitos tendem a adotar uma estratégia na qual apresentam mais projetos simbólicos (nomes de ruas e outras coisas sem grande relevância), que por serem menos complexos têm mais chance de serem aprovados e, dessa forma, aumentam a sua taxa de aprovação (BERTHOLINI, 2015)

Com base nas características elencadas por Polsby e visando complementar o estudo, foram produzidas as seguintes tabelas para observar a rotatividade de membros na CLDF e as lideranças advindas da própria Casa.

*Tabela 1 - Membros no primeiro mandato (%).*

<b>Legislatura</b>	<b>Ano do primeiro mandato</b>	<b>% de membros no primeiro mandato</b>
1	1991	100%
2	1995	54%
3	1999	54%
4	2003	58%
5	2007	50%
6	2011	58%
7	2015	46%

*Fonte 1 - CLDF. Elaborado pela autora.*

Segundo a tabela, observa-se que apenas na sétima legislatura houve uma renovação de menos de 50% dos membros. Isso pode ser explicado pela ascensão política aos cargos em nível federal, bem como pela rejeição pelo povo. A fim de comparação, segundo Samuels, na Câmara dos Deputados há uma renovação de aproximadamente 50%. O autor explica que aproximadamente 25% dos deputados federais não concorrem à reeleição. Portanto, mesmo que o restante dos deputados federais concorra à reeleição, ainda haverá uma renovação de 25% (SAMUELS, 2000). Pereira e Rennó encontraram dados semelhantes. Segundo os autores, aproximadamente 68% dos deputados federais se candidatam à reeleição, e 98% deles têm sucesso (PEREIRA & RENNÓ, 2007)

A tabela a seguir apresenta a senioridade das presidências eleitas para representar a CLDF.

Tabela 2- Anos de mandato antes de ser eleito presidente da CLDF.

Governador	Legislatura	Ano	Presidente da CLDF	Anos	Anos de funcionamento da CLDF
Joaquim Roriz (PTR)	1	1991	Salviano Guimarães (PSDB)	Menos de um	0
Joaquim Roriz (PTR)	1	1993	Benício Tavares (PTB)	2	2
Cristovam Buarque (PT)	2	1995	Geraldo Magela (PT)	4	4
Cristovam Buarque (PT)	2	1997	Lúcia Carvalho (PT)	6	6
Joaquim Roriz (PMDB)	3	1999	Edimar Pirineus (PTB)	8	8
Joaquim Roriz (PMDB)	3	2001	Gim Argello (PMDB)	2	10
Joaquim Roriz (PMDB)	4	2003	Benício Tavares (PMDB)	12	12
Joaquim Roriz (PMDB)	4	2005	Fábio Barcellos (PMDB)	2	14
José Roberto Arruda + 4	5	2007	Alírio Neto (PPS)	4	16
José Roberto Arruda + 4	5	2009	Leonardo Prudente (PFL) + Wilson Lima (PR)	6	18
Agnelo Queiroz (PT)	6	2011	Patrício (PT)	4	20
Agnelo Queiroz (PT)	6	2013	Wasny de Roure (PT)	12	22
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7	2015	Celina Leão (PP)	4	24
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7	2017	Joe Valle (PDT)	6	26

Fonte 2 - CLDF. Elaborado pela autora.

Observa-se que, com exceção dos deputados Gim Argello (PMDB) e Fábio Barcellos (PMDB), que foram eleitos presidentes da CLDF no primeiro mandato, todos os demais exerceram o cargo por pelo menos uma legislatura. Considerando que não é comum a permanência no cargo de deputado distrital, a Casa tende a eleger presidentes com experiência naquela instituição.

### **Neutralização dos órgãos fiscalizadores.**

Outra importante razão do ultrapresidencialismo estadual é a neutralização dos demais Poderes pelo Poder Executivo. No que tange à Casa Legislativa, esse age de maneira coordenada para que consiga construir uma maioria na Câmara Legislativa, de forma que cause certa dependência dos parlamentares e os torne aliados. A

estratégia de cooptação dos parlamentares é iniciada ainda durante a eleição. Como dito anteriormente, para a escolha dos deputados é utilizado o sistema proporcional de lista aberta, que, na prática distrital enfraquece os partidos e incentiva os parlamentares a adotarem estratégias individualistas. Sem um forte apoio dos partidos, os candidatos ao Legislativo local tendem a recorrer aos recursos do Executivo. Neste momento, o chefe do Executivo utiliza-se da máquina pública e, de maneira clientelista, distribui recursos, cargos e dá poder decisório nas bases dos parlamentares aliados. Em troca, espera inércia frente às ameaças ao Poder Executivo e comportamento homologatório nas decisões do governo (ABRUCIO, 1998).

Volpe observa este comportamento na CLDF ao analisar que os parlamentares legislam de forma que contribua com a distribuição de benefícios entre grupos geográficos e sociais, enquanto o Poder Executivo legisla sobre questões administrativas e orçamentárias (2003, apud VOLPE, 2006).

Por fim, como uma crítica à ideia apresentada por Abrucio de que a dinâmica legislativa estadual se restringe ao predomínio do Poder Executivo, Tomio e Ricci defendem que ideia comum de que o Executivo “controla” o Legislativo se dá devido à necessidade de os deputados estaduais acessarem recursos financeiros, políticos ou administrativos para viabilizar as demandas da sua base. Tais recursos estão sob o monopólio do governador e, por isso, os deputados são obrigados a se aproximar do líder do Executivo. Mas, se essa teoria fosse completamente verdadeira, não deveria haver flutuação do sucesso do Executivo no Legislativo. Entretanto, os autores analisaram 12 assembleias estaduais durante duas legislaturas (1999-2002 e 2002-2006) e observaram alterações nas porcentagens em alguns casos durante esse período. Para exemplificar, os autores apresentam o caso do estado do Rio Grande do Sul que teve uma taxa de sucesso do Poder Executivo de 78,3% na primeira legislatura analisada, enquanto na legislatura seguinte registrou taxa de sucesso de 91,1% (TOMIO e RICCI, 2012).

#### 4. VETOS

Montesquieu, define que em um Estado livre é necessário que o Poder Legislativo seja exercido pelo povo por meio de seus representantes, que irão fazer leis ou garantir que as mesmas foram bem executadas. O autor também defende que o Poder Executivo deve participar da legislação, mas sem o poder de decidir, pois caso isso acontecesse, não haveria mais liberdade. O Poder Executivo deve participar com a faculdade de impedir as iniciativas do Legislativo, pois caso contrário, este será despótico (MONTESQUIEU, 1993).

Madison, por sua vez, acredita que não é necessário que os três poderes sejam totalmente desvinculados, desde que haja um controle constitucional de um sobre o outro, garantindo que nenhum Poder consiga transgredir seus limites legais sem ser efetivamente controlado e restringido pelos outros, para que a liberdade seja garantida (MADISON, 1788).

Os vetos são um instrumento de controle do Poder Executivo sob o Poder Legislativo, previsto na Constituição e na LODF. No DF, as competências não privativas da CLDF dependem da sanção ou veto do governador. Portanto, findada a tramitação de uma proposição na CLDF, ele segue para sanção do governador. Caso o mesmo julgue o texto inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo integral ou parcialmente no prazo de quinze dias, contados a partir da data de recebimento. O governador deve, então, enviar uma mensagem à CLDF informando os motivos do veto. Esta Casa, por sua vez, tem trinta dias, a partir do seu recebimento, para manifestar-se sobre o veto. Esgotado o prazo, o veto é incluído na Ordem do Dia, sobrestando as demais proposições. O veto só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados, em votação ostensiva. (DF, 1993)

Shugart e Carey descrevem o veto como um dos poderes legislativos do Poder Executivo que fora garantido constitucionalmente, bem como o primeiro instrumento de controle do Poder Executivo frente o Poder Legislativo. O chefe do poder Executivo pode vetar a proposição integral ou parcialmente. Ao vetar todo o texto aprovado na Câmara Legislativa, o governador dá aos parlamentares a alternativa de rejeitar o veto, para manter-se firme com a sua decisão inicial, ou seguir a orientação do governo e manter o veto. Por isso, a possibilidade de aplicar vetos parciais é um

instrumento muito poderoso, pois o Poder Executivo pode sancionar trechos do projeto de lei que são alinhados com os interesses do governo, enquanto a parte que não os agrada é vetada (SHUGART & CAREY, 2002). Essa prática de negociação, segundo Romer e Rosenthal, é uma espécie de barganha do tipo “pegar ou largar”, pois nessa relação o ator que detém o monopólio do poder define a agenda da negociação. Nessa situação, não há substitutos para a proposta levantada pelo *agenda setter* (ROMER e ROSENTHAL, 1978). Neste caso, ou a Casa Legislativa aceita a proposta do governo e mantém certos trechos da legislação ou não obtém nenhuma parte da legislação.

Tomio e Ricci acreditam que o governador tende a vetar integralmente os projetos de lei de origem do Poder Legislativo e demais iniciativas. Quando se trata de proposições do próprio Poder Executivo, o governador tende a optar pelo veto parcial. Ao optar pelo veto total, o Executivo recusa totalmente o pacote aprovado pelo Legislativo e é mais fácil de ser derrubado por esse último. Já o veto parcial é mais difícil de ser derrubado devido aos interesses distintos dos parlamentares e devido ao pacto homologatório. Dessa forma, pode não haver consenso entre os deputados sobre a parte vetada (Tomio e Ricci, 2012).

Cameron distingue os vetos relacionados à micropolítica e a macropolítica. A micropolítica do veto se aplica a alguma parte da legislação ou às negociações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. As macropolíticas do veto dizem respeito (I) ao efeito de características estruturais do ambiente político no uso do veto total; (II) o efeito do uso do veto na popularidade do chefe do Executivo e; (III) o efeito geral do poder de veto do presidente sobre o conteúdo do PL, da produtividade do Poder Legislativo e estabilidade das políticas públicas (CAMERON, 2009). Para esta análise é necessário fazer observações qualitativa dos vetos impostos.

## **5. HIPÓTESES E METODOLOGIA**

Considerando a dinâmica política ímpar do DF, na qual há apenas dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, é importante analisar diversos aspectos para



entender a relação entre os Poderes. Tendo isso em consideração, tomo os vetos, parte relevante do processo legislativo, como a principal base desse estudo.

Gerring, ao apresentar seu conceito de estudo de caso, define esse como o exame intensivo de uma unidade como propósito de compreender uma classe maior de unidades. Ou seja, é o estudo de um caso, delimitado por tempo e espaço, que pode ser aplicado em outros casos semelhantes. Para explorar o caso a ser estudado é desejável que sejam aplicadas diversas evidências. O objetivo desse método de estudo é explicar um fenômeno com base na observação do mesmo, seguindo um roteiro que permite a replicação na observação de outros casos semelhantes. O ponto negativo do estudo de caso é a possibilidade de a amostra não explicar outros casos semelhantes, pois os fenômenos de interesse são heterogêneos. Dessa forma, ao propor um estudo de caso é possível dizer que é representativo de uma população maior de casos, mas abre espaço para o questionamento da sua real aplicabilidade (GERRING, 2017).

Em um estudo anterior, Gerring explica brevemente o caminho que deve ser percorrido para chegar no objeto do estudo de caso. Segundo o autor, uma população ( $n$ ) é composta por casos estudados (amostras –  $x$ ) e casos não estudados ( $n-x$ ). As amostras, por sua vez, são compostas por unidades ( $u$ ), que são observadas em casos, ou seja, pontos discretos finitos e contáveis (GERRING, 2004).

Para essa análise, realiza-se um estudo de caso dos vetos impostos aos projetos de lei aprovados na Câmara Legislativa do Distrito Federal, enquanto Assembleia Legislativa. Para tal, serão utilizados os dados quantitativos dos projetos de lei apresentados, aprovados e vetados desde a primeira legislatura, iniciada em 1991, até a última legislatura, findada em 2018. Os dados disponibilizados pela Casa em seu portal de dados abertos<sup>6</sup>, em formato de JSON ou CSV, contém as seguintes informações: Tipo, número e ano de proposição; data da leitura; situação; data da publicação, tipo e número da norma gerada. Para esse trabalho, foi necessário coletar informações adicionais. Portanto, os dados sobre a autoria dos projetos de lei (executivo, legislativo ou outro), o tipo de veto (parcial ou total) e sua manutenção ou rejeição desses vetos foram coletados manualmente. O compilado dos dados de vetos

---

<sup>6</sup> <http://dadosabertos.cl.df.gov.br/>

disponibilizados pela CLDF e os dados coletados manualmente pela autora estão apresentados no Apêndice A – Vetos impostos aos projetos de lei aprovados na CLDF. É importante destacar que há seis vetos com informações incompletas, seja em relação à autoria ou ao tipo de veto, e um veto de autoria da Mesa Diretora em 2005 que foram desprezados.

Foram formuladas as seguintes hipóteses:

- (I) Há um padrão de imposição de vetos relacionado à autoria dos projetos de lei. É esperado que a maior parte dos vetos sejam impostos aos projetos de lei de autoria do Poder Legislativo. Ainda nesse tópico, é esperado que, segundo sugerido por Tomio e Ricci (2012), os governadores tendam a vetar parcialmente os projetos de sua autoria, que foram modificados na CLDF, ao mesmo tempo que tendem a vetar totalmente os projetos apresentados pelos deputados e demais iniciativas;
- (II) Há um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura. Quanto mais proposições aprovadas, maior a possibilidade de haver alguma matéria inconstitucional ou que esteja em desavença com o interesse público. Cada legislatura é formada por quatro sessões legislativas. A hipótese é de que quanto mais perto das eleições, mais os deputados produzem leis para viabilizar a sua reeleição. Dessa forma, o quarto ano da legislatura, ou a quarta sessão legislativa, seria o ano com maior quantidade de proposições vetadas e;
- (III) As dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de aprovação de projetos na CLDF e na imposição de vetos. A hipótese é de que devido aos conflitos regionais, há uma redução na quantidade de proposições aprovadas na CLDF e um aumento na quantidade de vetos.

## 6. ANÁLISE DE DADOS

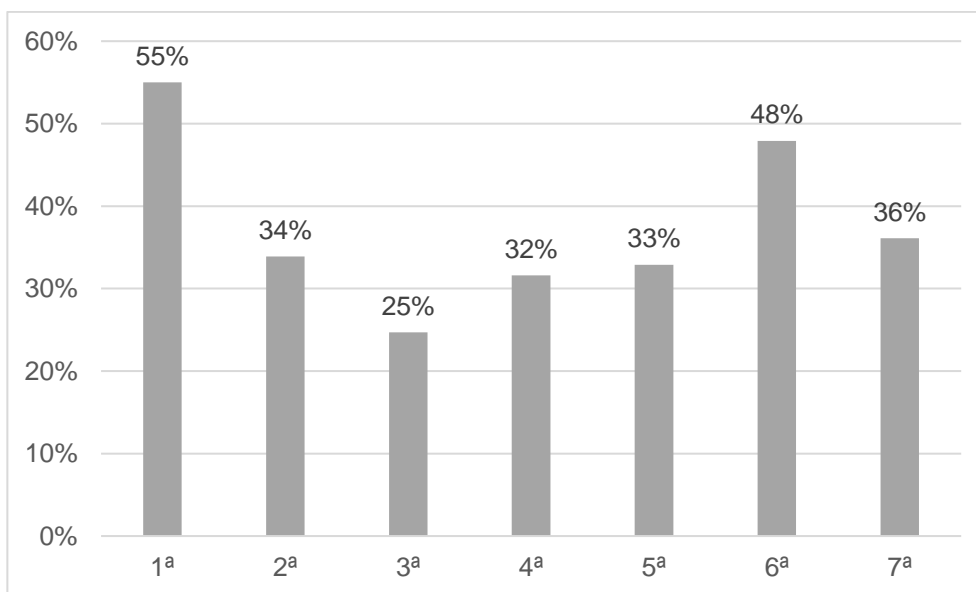
O principal objetivo desse trabalho é contribuir com os estudos legislativos no âmbito subnacional, especialmente no contexto do Distrito Federal, por meio da observação da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo locais, com foco na análise quantitativa dos vetos impostos pelo governador aos projetos de lei aprovados na CLDF.

Serão analisados os dados quantitativos dos projetos de lei apresentados, aprovados e vetados desde a primeira legislatura da CLDF, iniciada em 1991, até a sétima legislatura, findada em 2018. Este recorte temporal foi definido levando em consideração que a sessão legislativa da oitava legislatura termina em 2022, portanto não há dados completos a serem analisados.

Conforme fora exposto no decorrer do trabalho, há um entendimento, sustentado principalmente por Abrucio (1998), de que há uma predominância do Poder Executivo na Agenda da CLDF. Portanto, inicialmente serão apresentados os dados relativos aos projetos de lei no Distrito Federal, comparando por legislatura. O objetivo deste trecho é buscar respostas para a hipótese de que as dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de aprovação de projetos na CLDF e na imposição de vetos. Reduzindo a produção legislativa e aumentando a quantidade de vetos.

A partir da pesquisa feita, foi possível observar que, com exceção da terceira legislatura, foram aprovados pelo menos 30% dos projetos apresentados nessa Casa. A maior porcentagem de aprovação foi encontrada na primeira legislatura, com 55%, seguida pela sexta legislatura, com 48%. As demais alcançaram a aprovação de pouco mais de 30% de aprovação.

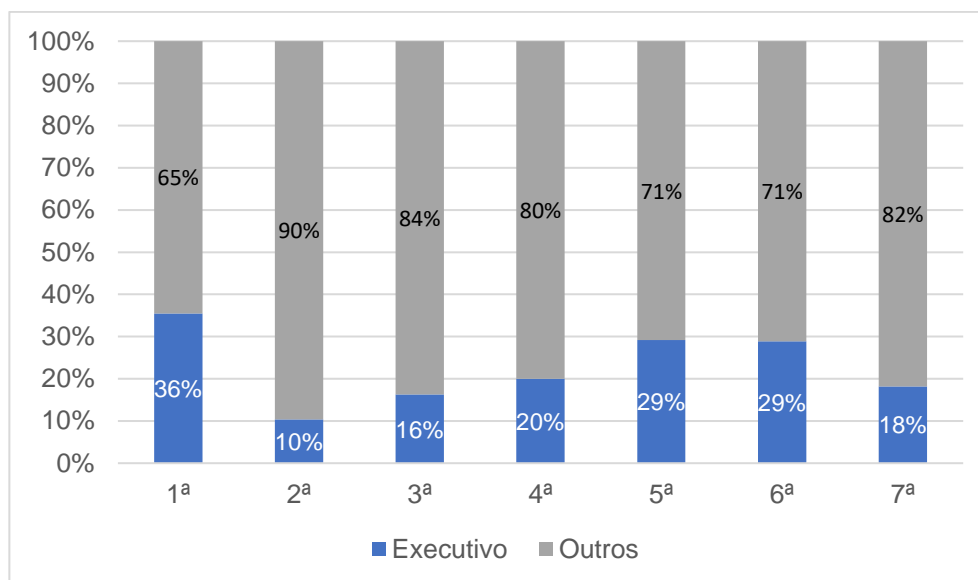
Gráfico 1- Projetos de lei aprovados na CLDF, diferenciando por legislatura (em %).



Fonte 3 - CLDF. Elaborado pela autora.

Para complementar o gráfico acima, os projetos aprovados na CLDF foram separados por autoria. Portanto, observa-se que em todos os casos, a maior parte dos projetos aprovados são de origem do poder Legislativo. Instintivamente, pode haver um *insight* que pressupõe a predominância do Poder Legislativo na dominância da Agenda, mas vale destacar que há vinte e quatro deputados na Câmara Legislativa e, por isso, espera-se que haja um volume de produção legislativa maior advindo deste grupo. Vale destacar ainda que a função típica do poder Legislativo é criar leis.

Gráfico 2 - Projetos de lei aprovados na CLDF, diferenciando por autoria e legislatura (em %).

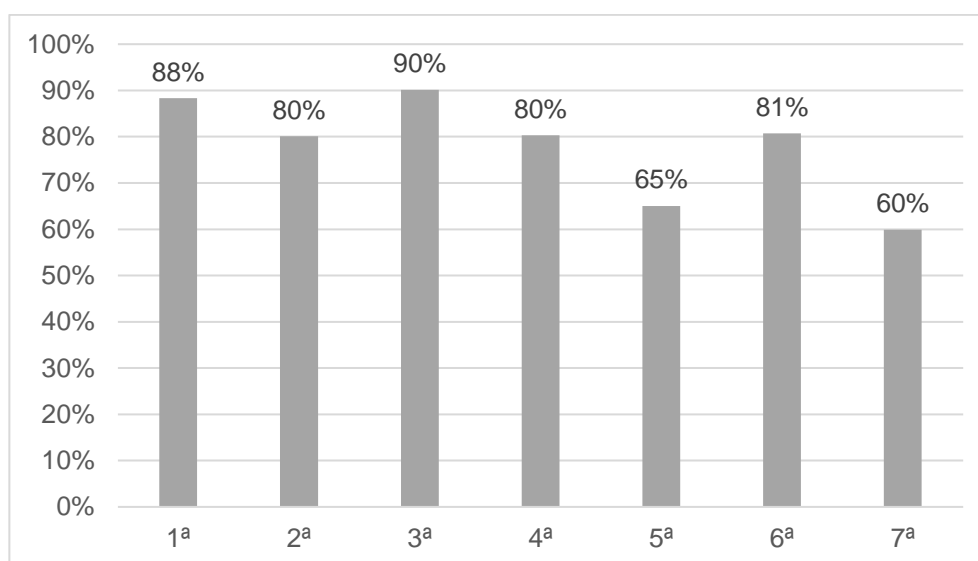


Fonte 4 - CLDF. Elaborado pela autora.

Ante o exposto, buscando esclarecer se há predominância da Agenda do Poder Executivo sob a do Legislativo, foi analisada a taxa de sucesso deste primeiro. A taxa de sucesso é mensurada ao calcular a quantidade de projetos que foram aprovados, comparativamente com a quantidade de projetos que foram apresentados por aquele Poder. Tomio e Ricci, ao dialogar com o conceito de ultrapresidencialismo estadual, destacam que a teoria não explica totalmente o fenômeno da dominância de Agenda do Poder Executivo sob o Poder Legislativo por haver flutuação da taxa de sucesso (TOMIO e RICCI, 2012).

Conforme podemos observar no gráfico abaixo, no caso do poder Executivo do DF, a taxa de sucesso é alta em todas as legislaturas. Apenas na quinta e na sétima legislatura, o Executivo atingiu porcentagem menor do que 80%. A fim de entender o que motivou essa alteração na taxa de sucesso nestas duas legislaturas, verifiquemos o contexto político local.

Gráfico 3 - Taxa de sucesso do Poder Executivo.



Fonte 5 - CLDF. Elaborado pela autora.

A quinta legislatura, que ocorreu entre 2007 e 2010. Como pode ser acessado nesta notícia da época<sup>7</sup>, em 2006, o governador José Roberto Arruda foi eleito, e durante o seu mandato foi preso pela Polícia Federal, através da Operação Caixa de Pandora, popularmente conhecida por escândalo do Mensalão do DEM no DF. Na sua ausência, seu vice, Paulo Octávio, assumiu o cargo, mas renunciou pouco tempo depois, alegando que deixara o cargo para defender-se das acusações. O presidente da CLDF, deputado Wilson Lima (PR) assumiu interinamente até que fossem realizadas eleições indiretas. Por fim, o deputado Rogério Rosso (PMDB) foi eleito governador até o final do mandato.

Na sétima legislatura, que ocorreu entre 2015 e 2018, o Brasil passava por uma onda de renovação política iniciada nos protestos de 2013, e o então governador, Rodrigo Rollemberg (PSB), representava o típico político de carreira, pois havia sido deputado distrital, federal e senador. Somado a isto, Rollemberg ainda enfrentou problemas com a CLDF e até com seu próprio vice, Renato Santana (PSD), que

<sup>7</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/rogerio-rosso-e-eleito-novo-governador-do-df.html>

chegou a acusá-lo de racismo<sup>8</sup>. Em 2017, o líder de governo na CLDF, deputado Agaciel Maia (PL), deixou a base do governo e conseqüentemente a função de líder<sup>9</sup>.

Já a maior porcentagem de sucesso do Poder Executivo no processo legislativo é na terceira legislatura. Conforme observado no gráfico 1, esta foi a legislatura que aprovou a menor quantidade proporcional de projetos apresentados. Volpe destacou que no período da terceira legislatura, houve muito conflito entre os Poderes. Além da baixa quantidade de projetos aprovados, também houve uma grande quantidade de projetos vetados, que serão apresentados mais à frente (VOLPE, 2006). Essa legislatura marcou o retorno do Governador Roriz, que trouxe consigo uma série de programas assistencialistas e de expansão demográfica. Neste mandato, Roriz viabilizou a doação de diversos lotes, política iniciada no seu mandato anterior, e cria os primeiros Restaurantes Comunitários do DF. Essas políticas públicas foram muito positivas para a sua campanha de reeleição.

Ante os dados expostos, é possível observar que as dinâmicas polêmicas locais influenciam nos padrões de aprovação de projetos na CLDF, mas não necessariamente de maneira negativa, que resulta na redução da produção legislativa. Nos períodos nos quais o DF enfrentou mais conflitos locais, quinta e sétima legislatura, não é possível observar uma redução significativa na produção legislativa. Na quinta legislatura, aproximadamente 30% dos projetos aprovados, eram de origem do Poder Legislativo, mas, neste mesmo período, há uma das menores taxas de sucesso do Executivo. Ou seja, o Poder Executivo perdeu poder decisório, mas o espaço de produção legislativa foi ocupado pelo Poder Legislativo. Caso semelhante é observado na sétima legislatura. Mas nesse caso, há ainda menos projetos de autoria do Poder Executivo aprovados.

Outra legislatura conflituosa, a terceira, pode agregar à análise da influência das dinâmicas locais na produção legislativa. Nela, é possível observar a maior taxa de sucesso do Poder Executivo, bem como a menor porcentagem de projetos aprovados. Dos projetos aprovados, apenas 16% foram originários dos Poder

---

<sup>8</sup> <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/vice-do-df-acusa-rolleberg-de-racismo-e-perseguido-acao-leviana-rebate-governo.ghtml>

<sup>9</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/agaciel-anuncia-que-deixara-a-lideranca-do-governo-na-cldf-ate-agosto>

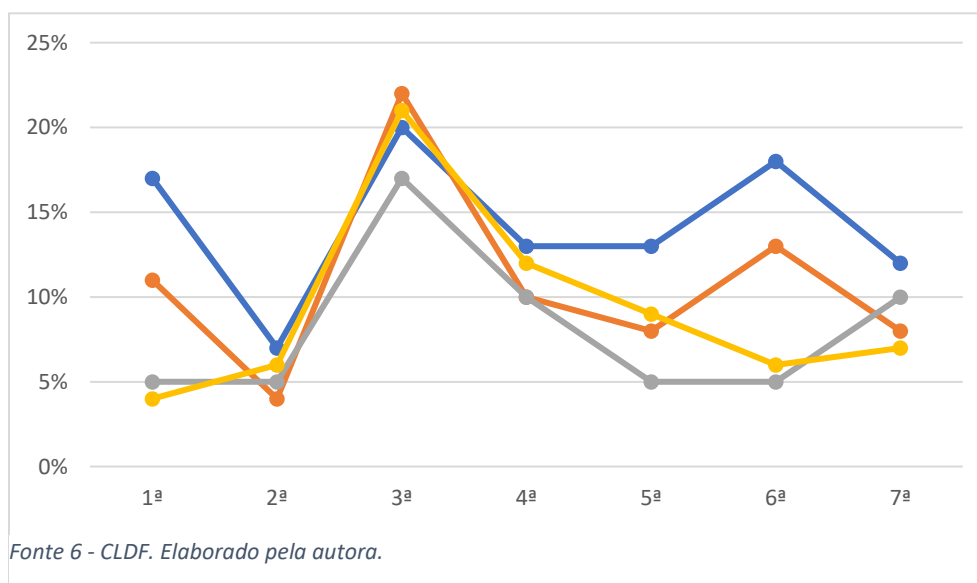
Legislativo. Neste caso, a dinâmica conflituosa pode ter afetado a produção legislativa, reduzindo a produção legislativa.

## Vetos

Nessa seção, serão apresentados os dados sobre os vetos impostos desde a primeira legislatura até o final da sétima legislatura (1991 – 2018). Para análise destes dados, foram coletados dados relacionados à autoria e tipo de vetos. Os dados foram agrupados por ano. O objetivo deste trecho é buscar respostas para as hipóteses de que há um padrão de imposição de vetos, relacionado à autoria dos projetos de lei; de que há um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura e; de que as dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de imposição de vetos, aumentando a quantidade de vetos.

O gráfico abaixo representa a porcentagem de vetos em relação a quantidade de projetos de lei aprovados. No eixo “x”, estão dispostas as legislaturas da CLDF. As variáveis que compõem o gráfico tratam da porcentagem de projetos vetados naquele ano da legislatura. Ante os dados expostos, observa-se que, com exceção da terceira, em todas as legislaturas há uma maior incidência de vetos no primeiro ano do mandato. Nos demais anos, não há um padrão de imposição de vetos. Ainda observando este gráfico, também se destaca que na terceira legislatura, houve uma maior quantidade de vetos, quantitativamente.

Gráfico 4 - Projetos vetados, em comparação com os projetos apresentados, diferenciando por legislatura (em %)



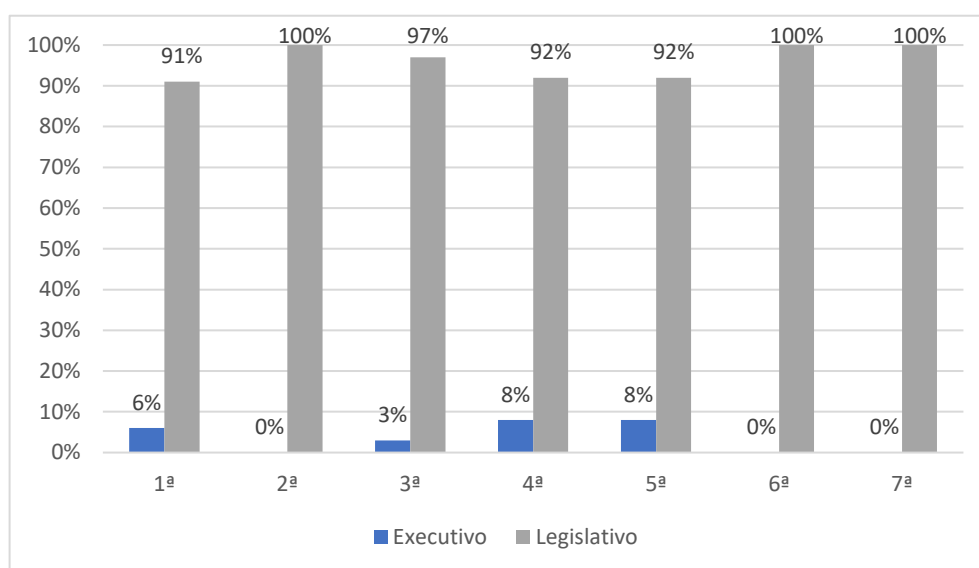
Fonte 6 - CLDF. Elaborado pela autora.



Os dados apresentados no gráfico acima confirmam a hipótese de que há um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura, mas a hipótese era de que o último ano da legislatura continha a maior quantidade de proposições vetadas. Na realidade, a primeira legislatura concentra a maior quantidade de vetos.

Ao serem analisados a autoria dos projetos de lei que foram vetados, não há surpresa. Em três legislaturas, todos os vetos foram impostos a proposição de autoria do poder legislativo. Nas demais legislaturas, houve imposição de vetos aos projetos do poder executivo, mas em nenhum caso chega a representar 10% dos vetos daquela legislatura. É importante destacar que em algumas legislaturas, a soma dos vetos apresentados aos projetos do Poder Executivo e Legislativo não somam 100%, pois, em alguns casos, não foi informado o tipo de veto e a autoria do projeto.

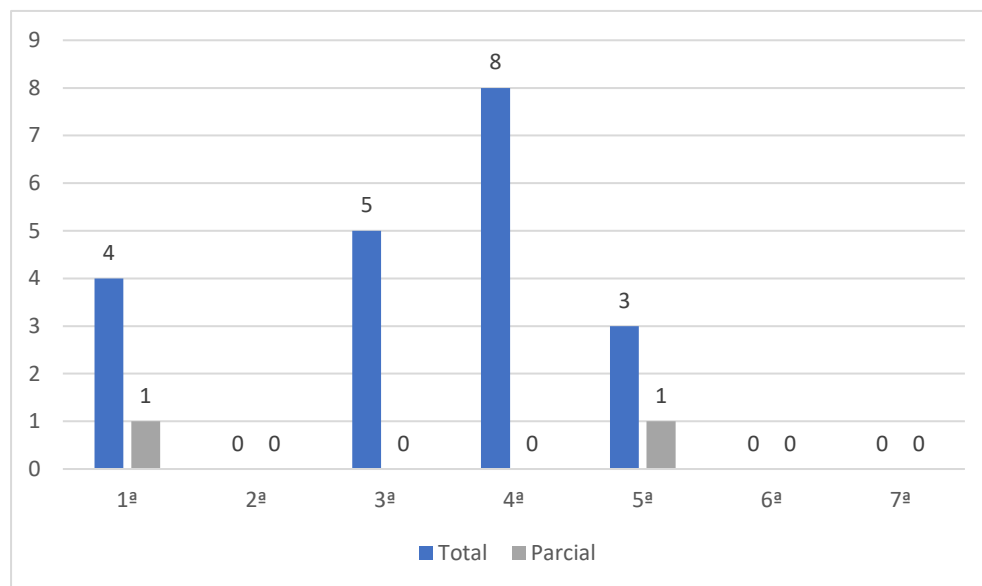
Gráfico 5- Projetos vetados, diferenciando pela autoria da proposição (em %)



Fonte 7 - CLDF. Elaborado pela autora.

Para complementar o gráfico acima, os projetos vetados foram separados por tipo e autoria. No gráfico a seguir, foram apresentados os vetos impostos aos projetos de lei de autoria do Poder Executivo. Em nenhuma das legislaturas foi vetado mais de oito projetos de lei e três legislatura nenhum projeto do Executivo foi vetado. Contrariando o que era esperado, a maior parte dos projetos de lei do Executivo foram vetados integralmente.

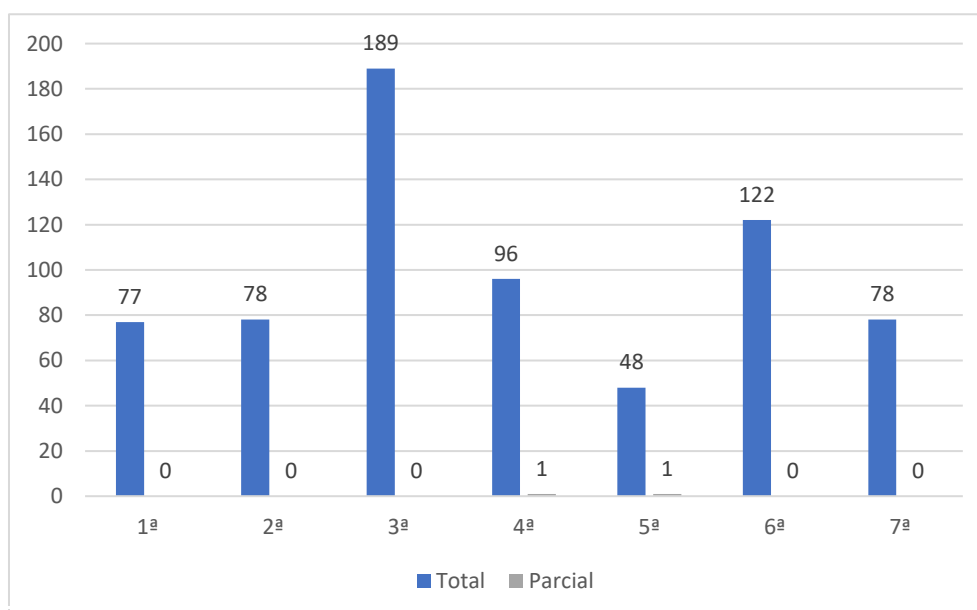
Gráfico 6 - Projetos do Poder Executivo vetados, diferenciando pelo tipo (em valores absolutos).



Fonte 8 - CLDF. Elaborado pela autora.

O gráfico a seguir apresenta os projetos de lei que foram vetados, em números absolutos, separados por legislatura. É possível observar que a quantidade de projetos de origem do Poder Legislativo vetados foi exponencialmente maior, em comparação com o Poder Executivo. Conforme o esperado, a maior parte dos projetos de lei do Legislativo foram vetados integralmente.

Gráfico 7- Projetos do Poder Legislativo vetados, diferenciando pelo tipo (em valores absolutos).



Fonte 9 - CLDF. Elaborado pela autora.

Portanto, ao observar os três gráficos acima, é possível responder às duas hipóteses propostas restantes. É observado que há um padrão na imposição de vetos relacionado à autoria dos projetos de lei. Os projetos de autoria do Poder Executivo são menos vetados do que os projetos do Poder Legislativo. Contrariando o que era esperado, a maior parte dos projetos de lei do Executivo foram vetados integralmente. Entretanto, no caso Legislativo, a hipótese foi confirmada. A maior parte dos projetos desses projetos foram vetadas integralmente.

A hipótese sobre a influência das dinâmicas locais no aumento de imposição de vetos não se confirmou. Para seguir o padrão de análise, observando as três legislaturas mais polêmicas – terceira, quinta e sétima, não foi possível identificar um aumento na imposição dos vetos nessas três legislaturas. De fato, a terceira legislatura tem uma quantidade muito maior de projetos vetados, 189 contra 122 da segunda legislatura com mais vetos. Entretanto a quinta legislatura tem a menor quantidade de vetos de toda a história da CLDF. Já a sétima legislatura, está na média das demais legislaturas.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Distrito Federal, apesar de ter mais de 60 anos, adquiriu sua autonomia política, administrativa e financeira há pouco mais de 30 anos. A sua primeira eleição ocorreu em 1990. Neste momento, foram eleitos os primeiros representantes à Casa Legislativa e o povo escolheu seu primeiro governador. Apesar da breve história, tem construído um sólido caminho até a institucionalização das instituições políticas do Executivo e Legislativo.

Abrucio, ao estudar os governos subnacionais, constatou que nos Estados é observável o ultrapresidencialismo estadual, que consiste em um conjunto de fatores que garantem que o Poder Executivo tenha controle sobre quase todo o poder local. Na relação com o Poder Legislativo, a estratégia do governador se baseia no cooptação de candidatos à parlamentares, oferecendo recursos para viabilizar a sua candidatura e eleição, em troca de apoio durante a legislatura. Dessa forma, a Casa

Legislativa, de certa maneira, renuncia a suas prerrogativas de *checks and balances* e torna-se um ambiente homologatório das decisões do Poder Executivo, ao mesmo tempo que se mantém inerte às ameaças àquele Poder (ABRUCIO, 1998).

Considerando que há uma predominância do Poder Executivo sob o Poder Legislativo, o presente trabalho buscou analisar um dos instrumentos do processo legislativo, no qual há a participação ativa dos dois Poderes - o veto. Durante o planejamento do trabalho e construção das hipóteses, me apoiei no trabalho de Tomio e Ricci, que defendem que o governador tende a vetar integralmente os projetos de lei de origem do Poder Legislativo e demais iniciativas, enquanto veta parcialmente os projetos de sua autoria, pois é mais fácil formar uma maioria para derrubar vetos integrais do que parciais, devido aos interesses pessoais dos parlamentares e ao pacto homologatório (Tomio e Ricci, 2012).

Dessa forma, foram analisados os dados da produção legislativa, referente aos projetos de lei, desde a primeira legislatura, iniciada em 1991, até a última legislatura, findada em 2018, com o objetivo de contribuir com o estudo da ciência política no âmbito subnacional e aprofundar os estudos da área no DF.

O trabalho foi baseado em três hipóteses: (i) Há um padrão de imposição de vetos relacionado à autoria dos projetos de lei. É esperado que a maior parte dos vetos sejam impostos aos projetos de lei de autoria do Poder Legislativo. Ainda nesse tópico, os governadores tendem a vetar parcialmente os projetos de sua autoria, que foram modificados na CLDF, ao mesmo tempo que tendem a vetar totalmente os projetos apresentados pelos deputados e demais iniciativas; (ii) Há um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura. Quanto mais proposições aprovadas, maior a possibilidade de haver alguma matéria inconstitucional ou que esteja em desavença com o interesse público. Cada legislatura é formada por quatro sessões legislativas. A hipótese é de que quanto mais perto das eleições, mais os deputados produzem leis para viabilizar a sua reeleição. Dessa forma, o quarto ano da legislatura, ou a quarta sessão legislativa, seria o ano com maior quantidade de proposições vetadas e; (iii) As dinâmicas polêmicas locais influenciam negativamente nos padrões de aprovação de projetos na CLDF e na imposição de vetos. A hipótese é de que devido aos conflitos regionais, há uma redução na quantidade de proposições aprovadas na CLDF e um aumento na quantidade de vetos.

A primeira hipótese se confirmou no que tange à autoria dos vetos. Conforme esperado, em todas as legislaturas foram impostos mais vetos às proposições do Poder Legislativo do que às proposições do Poder Executivo. Dentre as sete legislaturas analisadas, em nenhuma foram vetados mais de oito projetos de lei de autoria do Poder Executivo. Em comparação, as propostas do Poder Legislativo obtiveram dezenas de vetos. Na terceira legislatura, foram vetados 189 projetos de lei. Ainda nessa hipótese, era esperado que houvesse um padrão de tipo de veto, parcial ou total, de acordo com a autoria do projeto. Nesse aspecto, a hipótese não foi confirmada pois, contrariando o esperado, tanto no âmbito do Poder Legislativo como no Poder Executivo há uma maior imposição vetos totais. Era esperado que os vetos aplicados aos projetos do Poder Executivo fossem parciais.

A segunda hipótese se confirmou parcialmente. A hipótese está correta no que tange a existência de um padrão de imposição de vetos relacionado ao ano da legislatura, todavia a expectativa era de que quanto mais perto das eleições, mais os deputados produzem leis para viabilizar a sua reeleição. Dessa forma, o quarto ano da legislatura seria o ano com maior quantidade de proposições que podem ser vetadas por inconstitucionalidade ou desavença ao interesse público. Na verdade, a maior quantidade de vetos é aplicada no primeiro ano da legislatura.

A terceira hipótese não se confirmou. De fato, as dinâmicas polêmicas locais influenciam os padrões de aprovação de projetos na CLDF, mas a quantidade total de projetos não é reduzida. Nas legislaturas mais polêmicas, há uma menor aprovação de projetos do Poder Executivo. No que tange aos vetos, também não houve aumento da quantidade de vetos impostos nos períodos mais conflituosos.

A maior dificuldade encontrada na elaboração deste trabalho foi a mineração de dados. A Câmara Legislativa está investindo nos instrumentos de transparência, dentre eles o portal de dados abertos, mas os dados disponibilizados foram insuficientes para responder as hipóteses formuladas. Para complementar os dados disponibilizados, foi necessário minerar os dados manualmente. Apesar dessa dificuldade, acredito que os dados coletados foram suficientes para responder às hipóteses.

Conclui-se dessa forma que a estratégia do Poder Executivo no processo legislativo distrital tem sido bem-sucedida. Conforme fora apresentado no desenvolvimento desse trabalho, no âmbito subnacional a estratégia de ultrapresidencialismo estadual é muito forte. Uma das principais características da neutralização dos órgãos fiscalizadores e a fraqueza institucional da Casa Legislativa. Isso garante o sucesso do pacto homologatório sob o Poder Legislativo. Na imposição de vetos, há um predomínio de imposições aos projetos de autoria do Poder Legislativo e de maneira integral.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. Editora Hucitec, 1998.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco (Org.). Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2006.

BORGES, Elenice Alves Leite. O processo legislativo para a autonomia do Distrito Federal: Lutas e conquistas. 2009. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

BERTHOLINI, Frederico. From beliefs to pork: three tales that Brazilian political institutions matter. 2015. Tese de Doutorado.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 980 DF. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=539063>

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Lei 3751, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316-normaatualizada-pl.html>.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm).

BRASIL. Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc25-85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc25-85.htm).

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Diário da Câmara Legislativa Ano XXVI DCL nº 208, de 09 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/5744638/18042414/DCL%20n%C2%BA%20208%2C%20%20de%209%20%20de%20novembro%20de%202017?version=1.0>.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Dados abertos da CLDF. Disponível em: <http://dadosabertos.cl.df.gov.br/>

CAMERON, Charles M. The presidential veto. The Oxford handbook of the American presidency, v. 362, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica do Distrito Federal. 1993. Disponível em: [http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=.](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=)

GERRING, John. What is a case study and what is it good for? American Political Science Review, v. 98, nº 2, 2004.

GERRING, John. Case Study Research: Principles and Practices. Cambridge University press, 2017.

GOMES, Geórgia Daphne S. A vinculação de parlamentares a grupos de interesse e seus impactos na reeleição para a Câmara do Distrito Federal. 1995. Tese de Mestrado.

LUZ, Rodrigo Barbosa da. A institucionalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal. 2009. Tese de Mestrado.

MADISON, James. The particular structure of the new government and the distribution of power among its different parts. The federalist papers, v. 47, 1788. Disponível em: <http://www.foundingfathers.info/federalistpapers/fedindex.htm>

MADISON, James. These departamentos should not be so far separated as to have no constitutional control over each Other. The federalist papers, v. 48, 1788. Disponível em: <http://www.foundingfathers.info/federalistpapers/fedindex.htm>



MADISON, James. The structure of the government must furnish the proper checks and balances between the different departments. The federalist papers, v 51, 1788. Disponível em: <http://www.foundingfathers.info/federalistpapers/fedindex.htm>

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis. Livraria Martins Fontes Editora. 1993.

PEREIRA, Carlos & RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Revista de Economia Política, v. 27, nº 4 (108), 2007.

POLSBY, Nelson Woolf. The institutionalization of the U.S House of Representatives. American political Science review, v. 62, nº 1. 1968

ROMER, Thomas & ROSENTHAL, Howard. Political resources allocation, controlled agendas, and the status quo. Public Choice, Vol. 33, No. 4 (1978)

SAMUELS, David. Ambition and competition: Explaining legislative turnover in Brazil. Legislative Studies Quarterly, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalism, socialism and democracy, Routledge, 1976.

SHUGART, Matthew Soberg. & CAREY, John M. Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics. Cambridge: Cambridge University. 1992.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas & Ricci, Paolo. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. Revista de Sociologia e Política V.21, nº 41. 2012.

VOLPE, Ana Paula Sampaio. A construção do legislativo: o caso da CLDF. Brasília, 2006. Tese de Mestrado.

## Apêndice A – Vetos impostos aos projetos de lei aprovados na CLDF.

Nº do PL	Ano	manutenção ou derrubada	Total/Parcial	Autoria	Nome
10	1991	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
29	1991	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
32	1991	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Monteiro
49	1991	Não informado	Não informado	Deputado	José Edmar
51	1991	Manutenção	Não informado	Deputado	Eurípedes Camargo
60	1991	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
66	1991	Manutenção	total	Deputado	Maurílio Silva e Carlos Alberto
94	1991	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
111	1991	Manutenção	Total	Poder Executivo	
117	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
118	1991	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
120	1991	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
122	1991	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
123	1991	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
132	1991	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
136	1991	Manutenção	Total	Deputado	Aroldo Satake
139	1991	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
141	1991	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Monteiro e Carlos Alberto
150	1991	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
157	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
162	1991	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
165	1991	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Monteiro
168	1991	Manutenção	Total	Deputado	Geralso Magela
183	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
189	1991	Manutenção	Total	Poder Executivo	
209	1991	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Monteiro
210	1991	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
211	1991	Manutenção	Não informado	Deputado	Lucia Carvalho
212	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
224	1991	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
249	1991	Derrubada	Parcial	Poder Executivo	
251	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
258	1991	Manutenção	Total	Deputado	Agnelo Queiroz
313	1992	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
322	1992	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
325	1992	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure

326	1992	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
334	1992	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
336	1992	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
344	1992	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
351	1992	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
370	1992	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
372	1992	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
373	1992	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
426	1992	Manutenção	Total	Deputado	Rose Mary Miranda
490	1992	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
491	1992	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
495	1992	Manutenção	Total	Deputado	Padre Jonas
511	1992	Manutenção	Total	Deputado	Salviano Guimarães
513	1992	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
557	1992	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
572	1992	Manutenção	Total	Deputado	Fernando Naves
580	1992	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
584	1992	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
586	1992	Manutenção	Total	Deputado	Pedro Celso
588	1992	Manutenção	Total	Poder Executivo	
624	1992	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
663	1992	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
668	1992	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
672	1992	Manutenção	Total	Deputado	Geralso Magela
675	1992	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
693	1992	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
701	1992	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Monteiro
715	1992	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
749	1993	Manutenção	Total	Deputado	Eurípedes Camargo
804	1993	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
886	1993		Não informado	Deputado	Agnelo Queiroz
896	1993	Manutenção	Total	Deputado	Fernando Naves
906	1993	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Alberto
914	1993	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
938	1993	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
986	1993	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
1049	1993	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1080	1993	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
1095	1993	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1132	1993	Manutenção	Total	Deputado	Jorge Cauhy
1138	1993	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1179	1993	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure

1235	1993	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
1249	1994	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1252	1994	Manutenção	Total	Deputado	Maurílio Silva
1267	1994	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
1280	1994	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
1315	1994	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1377	1994	Manutenção	Total	Deputado	Padre Jonas
1385	1994	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
78	1995	Manutenção	Total	Deputado	Daniel Marques
79	1995	Manutenção	Total	Deputado	Miquéias Paz
88	1995	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
110	1995	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
125	1995	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
172	1995	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
178	1995	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Xavier
193	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
210	1995	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
236	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
240	1995	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
254	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
303	1995	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
311	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
351	1995	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
425	1995	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
448	1995	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Xavier
494	1995	Manutenção	Total	Deputado	Antonio José
496	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
529	1995	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
547	1995	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
559	1995	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
566	1995	Manutenção	Total	Deputado	Daniel Marques
571	1995	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
581	1995	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
587	1995	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
637	1995	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
652	1995	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
667	1995	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
675	1995	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
708	1995	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
713	1995	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
727	1995	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
741	1995	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus

766	1995	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
779	1995	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
784	1995	Manutenção	Total	Deputado	Daniel Marques
866	1995	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
963	1995	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
1079	1996	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
1098	1996	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
1191	1996	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1339	1996	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1343	1996	Manutenção	Total	Deputado	Marcos Arruda
1515	1996	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1584	1996	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1820	1996	Manutenção	Total	Deputado	Marcos Arruda
1858	1996	Manutenção	Total	Deputado	Daniel Marques
1944	1996	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
1974	1996	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
1989	1996	Manutenção	Total	Deputado	Miqueias Paz
2030	1996	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
2184	1996	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
2241	1996	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
2285	1996	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
2462	1996	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
2463	1996	Manutenção	Total	Deputado	Tadeu Filippelli
2580	1997	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
2592	1997	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
2611	1997	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
2908	1997	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
3048	1997	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
3120	1997	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
3139	1997	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
3173	1997	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
3199	1997	Manutenção	Total	Deputado	Manoel de Andrade
3209	1997	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
3227	1997	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
3435	1997	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
3596	1998	Manutenção	Total	Deputado	José Ramalho
3649	1998	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
3710	1998	Manutenção	Total	Deputado	Luiz Estevão
3907	1998	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Xavier
3953	1998	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
3975	1998	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
4088	1998	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus

4092	1998	Manutenção	Parcial	Deputado	Wasny de Roure
4104	1998	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
22	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
24	1999	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
28	1999	Manutenção	Total	Deputado	Carlos Xavier
65	1999	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
77	1999	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
98	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
133	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
134	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
135	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
143	1999	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
147	1999	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
148	1999	Manutenção	Total	Deputado	Jorge Cauhy
165	1999	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
203	1999	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
217	1999	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
221	1999	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
261	1999	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
280	1999	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
282	1999	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
300	1999	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
333	1999	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
354	1999	Manutenção	Total	Deputado	Agrício Braga
370	1999	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
393	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
396	1999	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
403	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
427	1999	Manutenção	Total	Deputado	Edimar Pireneus
430	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
438	1999	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
458	1999	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
465	1999	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
486	1999	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
500	1999	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
527	1999	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
532	1999	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
541	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
552	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
590	1999	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
597	1999	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
600	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg

602	1999	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
624	1999	Manutenção	Total	Deputado	Jorge Cauhy
639	1999	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
651	1999	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
655	1999	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
661	1999	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
802	1999	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
819	1999	Manutenção	Total	Deputado	Daniel Marques
841	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
843	1999	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
855	1999	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
877	1999	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
931	1999	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
943	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
989	1999	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1035	2000	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1050	2000	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
1069	2000	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
1074	2000	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1082	2000	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1109	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1139	2000	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
1141	2000	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
1142	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1191	2000	Manutenção	Total	Deputado	José Rajão
1192	2000	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1208	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1210	2000	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1214	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1215	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1217	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1245	2000	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1284	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1297	2000	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
1303	2000	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
1307	2000	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1318	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1358	2000	Derrubada	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1360	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1376	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1377	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1418	2000	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure

1498	2000	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
1510	2000	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
1515	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1570	2000	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1600	2000	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1606	2000	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1615	2000	Manutenção	Total	Deputado	João de Deus
1627	2000	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1628	2000	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1635	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1645	2000	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
1652	2000	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
1684	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1709	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1715	2000	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1718	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1726	2000	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1728	2000	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1759	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1771	2000	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
1784	2000	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1806	2001	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
1830	2001	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1831	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1837	2001	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
1846	2001	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
1848	2001	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1854	2001	Manutenção	Total	Deputado	Anilcéia Machado
1859	2001	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
1868	2001	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
1882	2001	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1887	2001	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
1890	2001	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1894	2001	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1927	2001	Manutenção	Total	Deputado	Wilson Lima
1952	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1958	2001	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
1959	2001	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
1967	2001	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1978	2001	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
1979	2001	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
2024	2001	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta



2056	2001	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2064	2001	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2067	2001	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
2081	2001	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2083	2001	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2091	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2095	2001	Manutenção	Total	Poder Executivo	
2139	2001	Manutenção	Total	Deputado	César Lacerda
2173	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2221	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2225	2001	Manutenção	Total	Deputado	José Tatico
2229	2001	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
2299	2001	Manutenção	Total	Deputado	José Rajão
2343	2001	Manutenção	Total	Deputado	Lucia Carvalho
2357	2001	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
2381	2001	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
2410	2001	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2413	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2641	2001	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2644	2001	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2651	2001	Manutenção	Total	Deputado	Anilcéia Machado
2665	2001	Manutenção	Total	Deputado	Renato Rainha
2692	2001	Manutenção	Total	Deputado	Anilcéia Machado
2743	2002	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2745	2002	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
2746	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Santos
2750	2002	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
2751	2002	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
2753	2002	Manutenção	Total	Deputado	Ilton Mendes
2761	2002	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
2764	2002	Manutenção	Total	Deputado	Nijed Zakhour
2771	2002	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
2781	2002	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
2788	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Santos
2797	2002	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2813	2002		Total	Deputado	Paulo Tadeu
2821	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Lopes
2833	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
2843	2002	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
2862	2002	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
2866	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Lopes
2869	2002	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares

2870	2002	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2879	2002	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
2884	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Santos
2892	2002	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
2900	2002	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2911	2002	Manutenção	Total	Deputado	Silvio Linhares
2925	2002	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2945	2002	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2962	2002	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
2966	2002	Manutenção	Total	Deputado	Wilson Lima
2977	2002	Manutenção	Total	Deputado	Eurides Brito
2978	2002	Manutenção	Total	Poder Executivo	
2979	2002	Manutenção	Total	Deputado	Rodrigo Rollemberg
2995	2002	Manutenção	Total	Poder Executivo	
2999	2002	Manutenção	Total	Poder Executivo	
3019	2002	Manutenção	Total	Deputado	José Rajão
3035	2002	Manutenção	Total	Deputado	Aguinaldo de Jesus
3050	2002	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
3052	2002	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
3055	2002	Manutenção	Total	Deputado	Maria José
3068	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3077	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3078	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3080	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3088	2002	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
3098	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3133	2002	Manutenção	Total	Poder Executivo	
3168	2002	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
3209	2002	Indisponível	Indisponível	Indisponível	Indisponível
7	2003	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
17	2003	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
25	2003	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
37	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
41	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
66	2003	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
84	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
89	2003	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
98	2003	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
100	2003	Manutenção	Total	Deputado	Erika Kokay
120	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
121	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
126	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite

128	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
131	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
135	2003	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
139	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
141	2003	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
142	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
179	2003	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
196	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
198	2003	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
211	2003	Manutenção	Total	Deputado	Erika Kokay
222	2003	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
234	2003	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
244	2003	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
253	2003	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
272	2003	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
340	2003	Manutenção	Total	Deputado	Erika Kokay
355	2003	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
363	2003	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
400	2003	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
427	2003	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
439	2003	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
527	2003	Manutenção	Total	Deputado	Jorge Cauhy
550	2003	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
597	2003	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
720	2003	Manutenção	Total	Deputado	Anilcéia Machado
739	2003	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
759	2003	Manutenção	Total	Deputado	Erika Kokay
782	2003	Manutenção	Parcial	Deputado	Anilcéia Machado
799	2003	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
956	2003	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
976	2003	Manutenção	Total	Poder Executivo	
984	2003	Manutenção	Total	Deputado	Gim Argello
1001	2003	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
1004	2003	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1034	2004	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
1035	2004	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1059	2004	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
1161	2004	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1188	2004	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1190	2004	Manutenção	Total	Deputado	Aguinaldo de Jesus
1193	2004	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1241	2004	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar

1268	2004	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
1271	2004	Manutenção	Total	Deputado	Leonardo Prudente
1322	2004	Manutenção	Total	Deputado	Anilcéia Machado
1343	2004	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1352	2004	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1379	2004	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1397	2004	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1398	2004	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1487	2004	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1494	2004	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1516	2004	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
1555	2004	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
1588	2004	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1596	2004	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1601	2004	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1651	2004	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
1652	2004	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
1701	2005	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1719	2005	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1726	2005	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
1734	2005	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1750	2005	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1777	2005	Manutenção	Total	Deputado	Augusto Carvalho
1781	2005	Manutenção	Total	Deputado	Aguinaldo de Jesus
1798	2005	Manutenção	Total	Deputado	Brunelli
1811	2005	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1827	2005	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1852	2005	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1895	2005	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
1918	2005	Manutenção	Total	Deputado	Fabio Barcellos
1958	2005	Manutenção	Total	Deputado	José Edmar
1971	2005	Manutenção	Total	Poder Executivo	
2015	2005	Manutenção	Total	Deputado	Agrício Braga
2027	2005	Manutenção	Total	Mesa Diretora	
2042	2005	Manutenção	Total	Deputado	Aguinaldo de Jesus
2049	2005	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
2136	2005	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
2165	2005	Manutenção	Total	Deputado	Arlete Sampaio
2194	2005	Manutenção	Total	Deputado	Odilon Aires
2291	2006	Manutenção	Total	Deputado	Aguinaldo de Jesus
2361	2006	Manutenção	Total	Deputado	Eurides Brito
2369	2006	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa

2392	2006	Manutenção	Total	Deputado	Peniel Pacheco
2416	2006	Manutenção	Total	Poder Executivo	
2472	2006	Manutenção	Total	Deputado	Ivelise Longhi
2484	2006	Manutenção	Total	Deputado	Ivelise Longhi
2490	2006	Manutenção	Total	Deputado	Wilson Lima
2553	2006	Manutenção	Total	Deputado	Ivelise Longhi
2582	2006	Manutenção	Total	Deputado	Roney Nemer
2606	2006	Manutenção	Total	Deputado	Izalci Lucas
2615	2006	Manutenção	Total	Deputado	Chico Floresta
10	2007	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Charles
62	2007	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Charles
73	2007	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
75	2007	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
77	2007	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
91	2007	Manutenção	Total	Deputado	Batista das Cooperativas
96	2007	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Roriz
170	2007	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
187	2007	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
282	2007	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
315	2007	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
325	2007	Manutenção	Total	Deputado	Benício Tavares
340	2007	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
388	2007	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
427	2007	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
473	2007	Manutenção	Total	Deputado	Rogério Ulysses
525	2007	Manutenção	Total	Deputado	Jaqueline Roriz
566	2007	Manutenção	Total	Deputado	Lucia de Paula
578	2007	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
593	2007	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
604	2007	Manutenção	Total	Deputado	Raimundo Ribeiro
623	2007	Manutenção	Total	Deputado	Raimundo Ribeiro
629	2007	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
720	2008	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
778	2008	Manutenção	Parcial	Deputado	Bispo Renato Andrade
785	2008	Manutenção	Total	Deputado	Wilson Lima
794	2008	Manutenção	Total	Deputado	Batista das Cooperativas
832	2008	Manutenção	Total	Deputado	Batista das Cooperativas
866	2008	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
883	2008	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Roriz

908	2008	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
974	2008	Manutenção	Total	Deputado	Paulo Tadeu
995	2008	Manutenção	Total	Deputado	Raad Massouh
1011	2008	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1036	2008	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1039	2008	Manutenção	Total	Deputado	Wilson Lima
1084	2008	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1085	2008	Manutenção	Total	Deputado	Jaqueline Roriz
1112	2008	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
1152	2009	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1202	2009	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1228	2009	Manutenção	Total	Deputado	Raimundo Ribeiro
1235	2009	Manutenção	Total	Deputado	Milton Barbosa
1244	2009	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1335	2009	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
1372	2009	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
1578	2010	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Charles
1593	2010	Manutenção	Total	Deputado	Raad Massouh
1597	2010	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1663	2010	Manutenção	Parcial	Poder Executivo	
1664	2010	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1665	2010	Manutenção	Total	Poder Executivo	
1720	2010	Manutenção	Total	Deputado	Erika Kokay
2	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
8	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
11	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
22	2011	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
32	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
33	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
40	2011	Manutenção	Total	Deputado	Raad Massouh
43	2011	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
47	2011	Manutenção	Total	Deputado	Dr Michel
55	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
60	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
69	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
83	2011	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
110	2011	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
115	2011	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
117	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
119	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
130	2011	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite

134	2011	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
147	2011	Manutenção	Total	Deputado	Ayrton Gomes
151	2011	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
169	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
174	2011	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
183	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
185	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
190	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
191	2011	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
192	2011	Manutenção	Total	Deputado	Rejane Pitanga
195	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
196	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
216	2011	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Michel
238	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
267	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
277	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
300	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
302	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
304	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
315	2011	Manutenção	Total	Deputado	Raad Massouh
350	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
365	2011	Manutenção	Total	Deputado	Rejane Pitanga
376	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
379	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
380	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
419	2011	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
434	2011	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Michel
451	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
452	2011	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
454	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
457	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
458	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
468	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
502	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
546	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
572	2011	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
587	2011	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
590	2011	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos

596	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
597	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
601	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
603	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
626	2011	Manutenção	Total	Deputado	Agaciel Maia
634	2011	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
641	2011	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
666	2011	Manutenção	Total	Deputado	Roney Nemer
672	2011	Manutenção	Total	Deputado	Olair Francisco
697	2012	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
700	2012	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
708	2012	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
727	2012	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
733	2012	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
737	2012	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
751	2012	Manutenção	Total	Deputado	Washington Mesquita
755	2012	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
760	2012	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
766	2012	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
767	2012	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
811	2012	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
814	2012	Manutenção	Total	Deputado	Agaciel Maia
817	2012	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
857	2012	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
881	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
920	2012	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
922	2012	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
934	2012	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
941	2012	Manutenção	Total	Deputado	Agaciel Maia
975	2012	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1018	2012	Manutenção	Total	Deputado	Roney Nemer
1023	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1050	2012	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
1081	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1084	2012	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1137	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1152	2012	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
1170	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1171	2012	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1174	2012	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
1175	2012	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula



1258	2012	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
1266	2012	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
1275	2012	Manutenção	Total	Deputado	Aylton Gomes
1276	2012	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1280	2012	Manutenção	Total	Deputado	Aylton Gomes
1305	2012	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
1346	2013	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1374	2013	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
1401	2013	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1418	2013	Manutenção	Total	Deputado	Patrício
1465	2013	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
1466	2013	Manutenção	Total	Deputado	Benedito Domingos
1509	2013	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1527	2013	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1538	2013	Manutenção	Total	Deputado	Wasny de Roure
1702	2013	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
1733	2013	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Michel
1769	2014	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1837	2014	Manutenção	Total	Deputado	Joe Valle
1843	2014	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
1973	2014	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1983	2014	Manutenção	Total	Deputado	Dr. Michel
2051	2014	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2061	2014	Manutenção	Total	Deputado	Alírio Neto
2072	2014	Manutenção	Total	Deputado	Eliana Pedrosa
3	2015	Manutenção	Total	Deputado	Sandra Faraj
15	2015	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
38	2015	Manutenção	Total	Deputado	Chico Leite
64	2015	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
76	2015	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
86	2015	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
122	2015	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
137	2015	Manutenção	Total	Deputado	Sandra Faraj
143	2015	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
145	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
171	2015	Manutenção	Total	Deputado	Rafael Prudente
206	2015	Manutenção	Total	Deputado	Agaciel Maia
234	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
244	2015	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
270	2015	Manutenção	Total	Deputado	Cristiano Araújo
282	2015	Manutenção	Total	Deputado	Delmasso

294	2015	Manutenção	Total	Deputado	Luzia de Paula
297	2015	Manutenção	Total	Deputado	Sandra Faraj
301	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
391	2015	Manutenção	Total	Deputado	prof. Reginaldo Veras
394	2015	Aguarda deliberação	Total	Deputado	Luzia de Paula
407	2015	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
432	2015	Manutenção	Total	Deputado	Julio César
442	2015	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
444	2015	Manutenção	Total	Deputado	Julio César
461	2015	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
463	2015	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
477	2015	Manutenção	Total	Deputado	Rafael Prudente
506	2015	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
507	2015	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
537	2015	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
540	2015	Manutenção	Total	Deputado	Rafael Prudente
547	2015	Aguarda deliberação	Total	Deputado	Rafael Prudente
626	2015	Manutenção	Total	Deputado	Rafael Prudente
655	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
696	2015	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
703	2015	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
704	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
706	2015	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
767	2015	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
797	2015	Manutenção	Total	Deputado	Roosevelt Vilela
808	2015	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
828	2015	Manutenção	Total	Deputado	Delmasso
850	2016	Manutenção	Total	Deputado	prof. Reginaldo Veras
895	2016	Manutenção	Total	Deputado	Sandra Faraj
926	2016	Manutenção	Total	Deputado	Agaciel Maia
945	2016	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
962	2016	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Abrantes
1080	2016	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
1111	2016	Manutenção	Total	Deputado	Defensoria Pública do DF
1121	2016	Manutenção	Total	Deputado	Prof. Israel Batista
1124	2016	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
1173	2016	Manutenção	Total	Deputado	Vários deputados
1225	2016	Manutenção	Total	Deputado	Celina Leão
1292	2016	Manutenção	Total	Deputado	Lira

1344	2016	Manutenção	Total	Deputado	Lira
1353	2016	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Abrantes
1429	2017	Manutenção	Total	Deputado	Delmasso
1432	2017	Manutenção	Total	Deputado	Delmasso
1438	2017	Manutenção	Total	Deputado	Bispo Renato Andrade
1481	2017	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
1492	2017	Derrubada	Total	Deputado	Chico Vigilante
1566	2017	Manutenção	Total	Deputado	Chico Vigilante
1608	2017	Manutenção	Total	Deputado	Cláudio Abrantes
1616	2017	Manutenção	Total	Deputado	Ricardo Vale
1631	2017	Derrubada	Total	Deputado	Rafael Prudente
1655	2017	Manutenção	Total	Deputado	Robério Negreiros
1685	2017	Manutenção	Total	Deputado	Telma Rufino
1712	2017	Manutenção	Total	Deputado	Liliane Roriz
1725	2017	Manutenção	Total	Deputado	Raimundo Ribeiro
1751	2017	Manutenção	Total	Deputado	Lira
1785	2017	Manutenção	Total	Deputado	Telma Rufino
1903	2018	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
1921	2018	Aguarda deliberação	Total	Deputado	Chico Vigilante
1999	2018	Manutenção	Total	Deputado	Wellington Luiz
2081	2018	Manutenção	Total	Deputado	Delmasso
2125	2018	Aguarda deliberação	Total	Deputado	Robério Negreiros
2162	2018	Derrubada	Total	Deputado	Delmasso